

Celso Furtado: por uma ciência econômica iconoclasta e inconformista

[*Celso Furtado: for an iconoclastic and nonconformist economic science*]

Elisa Klüger¹

Agradeço aos organizadores do dossiê “Celso Furtado, transdisciplinar e contemporâneo” pelo estímulo à reflexão, aos pareceristas anônimos por suas sugestões, a Rosa Freire d’Aguiar pelos preciosos esclarecimentos e informações e aos colegas e coordenadoras do Programa Internacional de Pós-Doutorado do Cebrap pela leitura tão atenta e comentários detalhados. Possíveis erros são, evidentemente, de minha inteira responsabilidade.

RESUMO • Este artigo reconstrói a trajetória de Celso Furtado até o início dos anos 1960 e analisa escritos nos quais ele define a visão de ciência econômica que norteia sua atuação em um país subdesenvolvido. Furtado sustenta que a economia não é neutra e universal, ressaltando a necessidade de produzir conhecimentos historicamente situados e de estabelecer coletivamente as finalidades das intervenções econômicas. Argumenta-se que a ciência econômica professada por Furtado é iconoclasta, ao romper com os paradigmas neoclássicos, e inconformista, ao visar à transformação da realidade social. • **PALAVRAS-CHAVE** • Celso Furtado; ciência econômica; subdesenvolvimento. • **ABSTRACT**

• This article reconstructs Celso Furtado’s trajectory until the beginning of the 1960s and analyzes writings in which he defines the conception of economic science that guides his activities in an underdeveloped country. Furtado maintains that the economy is not neutral and universal, emphasizing the need to produce a historically situated knowledge and to outline collectively the goals of economic intervention. It is argued that the economic science professed by Furtado is iconoclastic, breaking with the neoclassical paradigms, and nonconformist, aiming at the transformation of social reality. • **KEYWORDS** • Celso Furtado; economic science; underdevelopment.

Recebido em 1^o de setembro de 2020

Aprovado em 1^o de fevereiro de 2021

KLÜGER, Elisa. Celso Furtado: por uma ciência econômica iconoclasta e inconformista. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 66-85, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1178p66-85>

1 Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap, São Paulo, SP, Brasil).

O centenário de Celso Furtado convida a refletir acerca do caráter imbricado de sua atuação como acadêmico, intelectual público e agente engajado na vida política e na condução da economia a partir do Estado. No Brasil, Furtado foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) entre 1958 e 1959, liderou a criação e dirigiu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) de 1959 a 1962, e exerceu a função de ministro do Planejamento, entre 1962 e 1964, e de ministro da Cultura de 1986 a 1988. Internacionalmente, foi dos funcionários mais conhecidos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), atuou como professor/pesquisador nas universidades de Cambridge, Yale e Sorbonne e foi embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia. A ocasião é propícia para indagar quais as características que conferem caráter excepcional a sua trajetória e legado e para discutir como a multidimensionalidade de sua atuação concorreu para a formação de uma visão original de economia e sociedade.

Este artigo consagra-se a discutir um componente específico do legado de Celso Furtado: os escritos nos quais vocaliza sua concepção de ciência econômica e ideias acerca da formação e atuação do economista. Para tanto, combina uma reconstituição de sua trajetória com a análise de publicações e anotações redigidas por ele entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960, momento no qual confronta repetidamente os paradigmas liberais da ciência econômica e organiza suas ideias acerca da formação e atuação de economistas em países subdesenvolvidos². Trata-se de um período favorável ao desenvolvimento de suas reflexões sobre a ciência econômica e o papel do economista, coincidindo, notadamente, com a sua entrada na vida política brasileira. O exercício da função pública fomentou a tessitura de considerações críticas a partir de sua apreciação dos bastidores da política e concorreu para a multiplicação de convites para parainfar turmas de formandos em Economia, ocasiões que o incitavam a vocalizar suas ideias acerca da formação e atuação do economista.

O artigo está dividido em quatro partes, ordenadas cronologicamente, que

2 Furtado voltará a discorrer acerca do fazer científico em economia em momentos posteriores – ver, por exemplo: “Analyse économique et histoire quantitative” (1971) e “Objetividade e ilusionismo na economia” (1974).

destacam como sua apreciação da economia concatena os seguintes elementos: 1) a centralidade dos estudos históricos, políticos e sociais; 2) o olhar relativo às especificidades das economias subdesenvolvidas, fomentado por análises estruturais e comparativas; 3) os aprendizados emanados do engajamento no planejamento para o desenvolvimento em sociedades marcadas por profundas desigualdades econômicas, sociais e regionais; e 4) a necessidade de formar economistas que se imbuíssem de conceber políticas adaptadas aos problemas locais e valores de suas sociedades.

Os principais documentos examinados neste artigo são: trechos dos *Diários intermitentes: 1937-2002* – redigidos no final dos anos 1950 e publicados em 2019 –, nos quais Furtado comenta a atuação de outros economistas de sua geração; o discurso “A objetividade do economista”, proferido a uma turma de formandos em Economia em 1959; o texto “Notas sobre o projeto de criação de uma escola de economia para pós-graduados na América Latina”, redigido em 1961 para subsidiar discussão acerca da criação de uma Escola Latino-Americana de Economia junto à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso); e o discurso “A formação do economista em país subdesenvolvido”, publicado em 1962³.

A reconstrução da trajetória de Furtado, que alinhava o artigo, é, por sua vez, fundamentalmente ancorada em sua *Obra autobiográfica*⁴. A perspectiva biográfica é mobilizada com o objetivo de retrazar o processo de constituição da visão de ciência econômica preconizada por ele e de contextualizar seus escritos, oferecendo esclarecimentos acerca das funções desempenhadas pelo autor em cada período e sobre os jogos políticos que o circundavam. Argumenta-se, a partir da análise conjugada da biografia e dos documentos, que o crochê de Furtado entre a academia, a Cepal e o governo influenciou a conformação de uma visão de ciência econômica iconoclasta, ou seja, disposta a romper com paradigmas neoclássicos vigentes no campo da economia, e inconformista, ao discordar de que a realidade social estabelecida se autojustifique e convidar ao engajamento para transformá-la.

O ADVIR DE UM ECONOMISTA ICONOCLASTA (1938-1948)

Celso Monteiro Furtado nasceu em 1920⁵ na cidade de Pombal, no sertão da Paraíba. Sua mãe, Maria Alice Monteiro, provinha de família detentora de terras em uma

3 Segundo Rosa Freire d’Aguiar, trata-se, provavelmente, de um discurso de paraninfo proferido no final de 1961.

4 É possível questionar o uso da autobiografia para afivelar as reflexões sobre a ciência econômica, posto que data da última década de vida do autor e configura um esforço de atribuição de linearidade e coerência à sua trajetória. O uso da autobiografia permite, não obstante, sintetizar elementos biográficos que circunscrevem a formação e atuação de Furtado e discutir a concepção de ciência econômica defendida e legada por ele. A combinação dos relatos autobiográficos com escritos que datam da época sobre a qual versam – entradas nos diários e textos publicados – funciona, no caso, como elemento de controle e validação da narrativa cerzida *a posteriori*.

5 Para cronologia da vida de Celso Furtado, ver: *Essencial Celso Furtado* (D’AGUIAR, 2013).

região que fora veementemente afetada pelas secas dos anos de 1915 e 1919. O pai, Maurício de Medeiros Furtado, descendente de magistrados, foi, como seus antepassados, advogado, juiz e desembargador. Durante os estudos secundários em João Pessoa, Celso Furtado foi designado para dar aulas de história e geografia em cursos noturnos de escolas da periferia (FURTADO, 1997; 2014; 1999; 2019). Em 1938, após transferir-se para Recife para cursar o pré-jurídico, Furtado registra em seu diário íntimo que almejava escrever uma história da civilização brasileira. Segundo ele, “seria uma obra completa sob o ponto de vista crítico-filosófico. Não seguiria o plano até hoje seguido pelos nossos historiadores. Ao lado das influências individuais observaria as influências das coletividades. Não me deixaria emaranhar pelos fatos. Não seria uma história das guerras” (FURTADO, 2019, p. 45).

Ainda que não viesse a escrever propriamente uma história da civilização brasileira, é possível sustentar que Furtado contribuiu de maneira consistente para a historiografia econômica do Brasil – e para a história econômica e economia de maneira geral – ao desenvolver teorias e análises acerca da economia em contextos de subdesenvolvimento. Tampouco se enganara no que diz respeito à ênfase de sua futura obra. Ainda que influências individuais e fatos pontuais cruzem suas narrativas, os escritos de Furtado privilegiaram o enquadramento das coletividades – nacionais e internacionais – e a análise do modo como os intercâmbios entre coletividades com configurações históricas e sociais específicas impactaram a formação de suas economias. Nesse sentido, distancia-se do individualismo metodológico próprio às correntes neoclássicas da economia, que definem ser o indivíduo abstrato e racional a unidade motriz da economia⁶.

Os caminhos que fizeram de Furtado um economista iconoclasta⁷ foram sinuosos e interdisciplinares. Como a maior parte dos economistas brasileiros de sua geração, ele especializou-se em economia tardiamente e no exterior. Previamente, acumulara conhecimento empírico sobre a economia brasileira e familiarizara-se com a gestão pública dos problemas econômicos ao atuar como funcionário concursado no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Celso Furtado pode ser situado, pois, na geração dos economistas práticos, composta de engenheiros, advogados e diplomatas, autodidatas no estudo de economia, que se fizeram economistas primeiramente por meio da participação em órgãos e comissões voltados à gestão econômica (LOUREIRO, 1992, p. 49-50).

Celso Furtado, em consonância com a tradição da família paterna, transferiu-se para o Rio de Janeiro para frequentar a Faculdade Nacional de Direito, recebendo o título de bacharel em 1944. Em paralelo aos estudos de direito, ele mergulhou na sociologia e na história, lendo Max Weber, Ferdinand Tönnies, Hans Freyer, Georg

6 Em artigo sobre a relação de Furtado com a literatura, argumento que o exercício da atividade literária fomentou um olhar aprofundado sobre o processo de formação do indivíduo em meio à coletividade, convergente com a rejeição do *homo aeconomicus* das teorias neoclássicas (KLÜGER, 2020).

7 As correntes que divergem do paradigma neoclássico, usualmente denominadas heterodoxas, são, via de regra, críticas ao uso extensivo “do individualismo metodológico, dos conceitos de equilíbrio e harmonia, do marginalismo, contra o caráter exógeno e estático dos pressupostos psicológicos e sociológicos e contra a negligência dos fatores históricos e dinâmicos” (ROTSCHIEDL, 1989, p. 4).

Simmel, Henri Pirenne, Werner Sombart, Karl Mannheim, Karl Marx e Gilberto Freyre, dentre outros. Furtado conta ter atentado para os temas ligados à economia apenas no final da graduação e menciona que sua formação autodidata em ciência econômica fora “facilitada pelo estupendo fluxo de publicações com que nos brindava o Fondo de Cultura Económica do México, e apoiada na minha formação jurídica e em estudos especializados de organização e finanças públicas” (FURTADO, 2014, p. 26). Ele argumenta que, quando começou a

[...] estudar Economia de modo sistemático, aos 26 anos, minha visão do mundo no fundamental estava definida. Dessa forma, a Economia não chegaria a ser para mim mais que um instrumental, que me permitiria, com maior eficácia, *tratar* problemas que me vinham da observação da história ou dos homens em sociedade. Nunca pude compreender a existência de um problema estritamente econômico. (FURTADO, 1997, p. 19-20).

O estudo sistemático ao qual se refere teve lugar em Paris e início em dezembro de 1946, quando Furtado inscreveu-se no Doutorado em Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris – Sorbonne. Tampouco nesse período fez uma imersão pura na economia, frequentando, paralelamente, o Instituto de Ciências Políticas, onde cursou a disciplina sobre marxismo ministrada pelo professor Auguste Cornu, passando a ler Marx de maneira metódica. Além disso, menciona a influência do professor Bertrand Nogaro, que “tinha uma visão muito crítica do monetarismo e de suas limitações” (FURTADO, 1996, p. 71) e que se contrapunha fortemente às teorias econômicas que definiam ser os consumidores racionais a unidade analítica fundamental da economia (ARENA, 2000, p. 988).

Em 1948, Furtado defendeu a tese *L'économie coloniale brésilienne*, redigida sob a direção do especialista em comércio internacional Maurice Byé (1905-1968), que havia lecionado no Brasil e interessava-se pelo país. Tratava-se uma leitura do comércio internacional a partir da economia do açúcar brasileira no período colonial, em contraste com a economia açucareira nas Antilhas. O exercício foi proposto por Byé, que, em seu próprio doutorado, fizera uma pesquisa comparativa, analisando portos na França e na Itália. Semelhante procedimento propulsionou Furtado a inserir a economia brasileira no quadro geral do intercâmbio capitalista entre a Europa e as colônias e a avaliar como diferentes contextos históricos e estruturas das relações de trabalho influenciavam os arranjos econômicos, sociais e políticos (SILVA, 2010, p. 133-136). Furtado (2014, p. 41) explica que a comparação também permitiu “ver com mais clareza as relações entre economia e sociedade no Nordeste brasileiro” e retratar conexões entre a economia de monocultura e os arranjos sociais e patrimoniais do sistema escravista e patriarcal do Brasil colônia (BIANCONI, 2014, p. 43).

Além do método histórico-comparativo e do entendimento do caráter diferencial da inserção de cada país no sistema de comércio internacional – que serão reforçados e desenvolvidos durante o período de trabalho na Cepal –, Furtado (1996, p. 63) aportou da formação em Paris um olhar acerca do “efeito de dominação nas relações econômicas em geral, e particularmente nas relações econômicas internacionais”, bem como reflexões acerca da imbricação entre poder econômico e poder político. Semelhante abordagem emanava, sobretudo, dos cursos de François Perroux

(1903-1987), discípulo de Joseph Schumpeter e pioneiro da abordagem estruturalista que caracterizará o pensamento econômico produzido na Cepal (CRUZ, 1977, p. 11). Como Byé, Perroux conhecia e se interessava pelo Brasil, tendo lecionado na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1936. Segundo Furtado,

Perroux havia trabalhado desde os anos 1940 na elaboração de uma teoria capaz de explicar as realidades de um mundo que se globalizava: ele tentou construir uma nova coerência teórica que assumia a desigualdade dos agentes, suas estratégias e o espaço geográfico, sublinhando porém a força organizadora do efeito de dominação. Certo, Schumpeter dera ênfase ao efeito de inovação, mas o circunscreveu a um quadro de referência estritamente econômico. Perroux conceitualizou o efeito mais completo de dominação, que excede necessariamente o econômico [...]. (FURTADO, 2012, p. 300).

É possível argumentar, portanto, que a dita formação sistemática em economia que Furtado recebera na França não era centrada na figura do indivíduo racional, não se baseava na análise do equilíbrio econômico e não se pretendia universal; divergindo, pois, da teoria econômica neoclássica de origem anglo-saxã. Celso Furtado observa que a ciência econômica liberal proveniente da Inglaterra dizia respeito especificamente à divisão do comércio internacional voltada à exportação das manufaturas inglesas. As estruturas econômicas francesas, argumenta, diferiam das britânicas. Consequentemente, as teorias em voga no hexágono deveriam ser distintas. Ele explica que

[...] até a Segunda Guerra Mundial a França era um país semirrural, onde mesmo as grandes empresas conservavam uma estrutura familiar, e com uma classe assalariada formal relativamente pequena, o que ajudava a explicar a capacidade de autoconservação do estilo de vida francês. Ao se afastarem da corrente de pensamento predominante, que irradiava da Inglaterra, os economistas franceses não faziam mais do que seguir as forças dominantes em sua própria cultura. (FURTADO, 2014, p. 50).

A ciência econômica com a qual Furtado teve contato em Paris caracterizava-se, pois, por compreender fatores não econômicos na interpretação dos fenômenos econômicos, com ênfase para os arranjos culturais e políticos dos países, para as classes sociais e estruturas de poder. A formação multidisciplinar que adquirira nesse período e o seu preexistente apreço por leituras históricas, sociológicas e antropológicas convergem, assim, em uma interpretação da economia não restrita à análise das variáveis operantes em um modelo de equilíbrio. Caberia a ele, doravante, conhecer as especificidades históricas e sociais de seu país e mobilizar ferramentas ajustadas para compreender a constituição e o funcionamento da economia brasileira, cerzindo uma ciência econômica adequada ao contexto analisado.

A transferência de Celso Furtado para a Cepal, um semestre após a conclusão de seu doutorado, ofereceria, precisamente, um enquadramento para pensar as especificidades das economias periféricas, dentre as quais a brasileira, em função da variabilidade das estruturas históricas, sociais e políticas. O trabalho na Comissão

muniria Furtado, ademais, de um conjunto de instrumentos forjados para talhar o desenvolvimento econômico em consonância com tais especificidades, tarefa à qual se dedicará intensamente nos anos 1950 e 1960.

A CEPAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA ECONÔMICA VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO (1949-1958)

Em fevereiro de 1949, Celso Furtado instalou-se na sede da Comissão Econômica para a América Latina (1948), em Santiago do Chile, juntando-se ao *staff* da recém-criada organização internacional, que, até então, contava com cerca de dez pessoas. Um mês depois, aterrissou em Santiago o argentino Raúl Prebisch, que, nas palavras de Furtado, era “sem lugar a dúvida o único economista latino-americano de renome internacional” (FURTADO, 2014, p. 78). Prebisch atuaria como consultor da Cepal por quatro meses e deveria elaborar a introdução ao “Estudo econômico sobre a América Latina”, relatório apresentado na primeira reunião geral da organização. O texto resultante, *El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas*⁸ (1949), conhecido como “Manifesto pela industrialização latino-americana”, foi crucial para fazer da Cepal uma instituição de prestígio internacional (GARCIA, 2005; LOVE, 1996; PREBISCH, 2001; DOSMAN, 2011).

O texto contém alguns dos principais elementos analíticos e diagnósticos pelos quais a Cepal se faria conhecida. Em primeiro lugar, Prebisch convida aqueles que pretendessem pensar o desenvolvimento latino-americano a romperem com o liberalismo econômico que emanava dos centros mundiais, argumentando que existiriam especificidades históricas regionais que deveriam ser observadas com lentes analíticas apropriadas. Ele rejeita o receituário que pregava a especialização na produção de bens em relação aos quais desfrutassem de vantagens comparativas naturais, declarando que os países da região não poderiam superar sua condição periférica caso se restringissem a ser produtores de bens primários para o comércio internacional (PREBISCH, 2011).

O “Manifesto” contradiz também os defensores do livre-comércio ao argumentar que o intercâmbio internacional não repartia automaticamente os frutos do progresso técnico entre o centro especializado na fabricação de artigos manufaturados e a periferia produtora de bens primários. Consequentemente, enquanto subsistisse tal divisão internacional do trabalho, a renda continuaria a se acumular no centro e as diferenças acentuadas nos níveis de vida no centro e na periferia permaneceriam inalteradas. A transformação da divisão internacional do trabalho requereria, por sua vez, a implementação de políticas ativas para a superação do atraso econômico dos países periféricos, calcadas na promoção planejada da industrialização (PREBISCH, 2011). O diagnóstico apresentado por Prebisch era, pois, convergente com as perspectivas da ciência econômica encontradas por Furtado em Paris, notadamente com as reflexões de Perroux e Byé acerca das desigualdades prévias à

8 O texto foi traduzido por Celso Furtado para o português e publicado em setembro de 1949 na *Revista Brasileira de Economia*.

entrada no comércio internacional, em função das condições históricas de inserção dos países no sistema capitalista.

A perspectiva cultivada na Cepal alinhava-se, ademais, com preocupações de Furtado relativas ao emprego dos conhecimentos econômicos para a promoção de transformações sociais. Ele explica que “estudara economia, sociologia, filosofia na busca de subsídios para entender o mundo, convencido de que também essa é uma maneira de sobre ele agir, [posto] que os reformadores são movidos por ideias de pensadores que a eles se antecipam” (FURTADO, 2014, p. 30). No caso, a Cepal oferecia, precisamente, subsídios para que os reformadores promovessem o desenvolvimento econômico e melhorassem as condições de inserção dos países latino-americanos no sistema internacional. A Comissão respaldava e justificava as políticas desenvolvimentistas de Estados já engajados na promoção da industrialização e se ocuparia, doravante, de elaborar diagnósticos acerca das condições econômicas dos países latino-americanos. Ademais, ofereceria, a partir de 1952, um programa de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de preparar quadros da região para planejar e implementar de políticas de desenvolvimento.

Para Furtado, o trabalho na Comissão representava, portanto, uma oportunidade para transpor para o plano prático aprendizados que cultivara em seus estudos e para dar sequência à análise das trajetórias econômicas dos países latino-americanos em perspectiva comparada. Ele explica que, ao examinar dados econômicos da região, “coisas que antes me escapavam, estudando o Brasil, agora surgiam com nitidez, abrindo perspectivas que modificavam a visão de conjunto”. Nesse sentido, argumenta que “sair da cidade sitiada [do Rio de Janeiro] e vir observá-la da planície” havia permitido reconhecer o grau de atraso do desenvolvimento brasileiro, mesmo em comparação com países vizinhos. A partir de então, ele narra ter assumido a missão de conhecer os fundamentos históricos do singular atraso brasileiro e de destrinchar e contrapor-se aos segmentos “empenhados em subordinar a industrialização à reconstrução do velho sistema primário-exportador” (FURTADO, 2014, p. 75).

A partir de 1953, Celso Furtado pôde mergulhar diretamente no diagnóstico do caso brasileiro e agir em prol do desenvolvimento de seu país ao ser enviado pela Cepal para chefiar o Grupo Misto Cepal-BNDE. A parceria entre a Comissão e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado em 1952, tinha por objetivo preparar diagnósticos relativos ao funcionamento da economia brasileira que subsidiassem a elaboração e a implementação de um plano sistemático de desenvolvimento econômico. O grupo trabalhou de 1953 a 1955 e produziu o relatório *Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira (1955-1962)*, que incluía análises macroeconômicas e debates sobre a técnica de programação para o desenvolvimento, além de detalhadas projeções setoriais (CEPAL-BNDE, 1957).

No período em que Celso Furtado trabalhara no BNDE, acirraram-se no Brasil as controvérsias entre os ditos “monetaristas” – que ressaltavam a necessidade de equilíbrio fiscal e monetário e de abertura externa para propulsionar um desenvolvimento guiado e sustentado por capitais privados, supondo que o livre-mercado levaria ao crescimento e à ótima distribuição de recursos (CAMPOS, 1996) – e os ditos “desenvolvimentistas”. Os “desenvolvimentistas nacionalistas”,

dentre os quais Furtado, enfatizavam o papel do Estado e do capital nacional no processo de desenvolvimento e defendiam que o Estado incentivasse áreas estratégicas – assumindo, quando necessário, a produção em setores pouco atraentes ou demasiado complexos para depender da iniciativa privada. Os “não nacionalistas”, por sua vez, eram abertamente favoráveis à participação de recursos e empresas estrangeiras no esforço de desenvolvimento nacional (SOLA, 1998, p. 99; BIELSCHOWSKY, 2000).

O suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954, levou a uma substituição, nos postos de direção, de especialistas em economia desenvolvimentistas por adeptos do monetarismo. Consequentemente, os planos intervencionistas concebidos pelo Grupo Misto Cepal-BNDE ficaram pendentes até a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956, cujo Plano de Metas⁹ alimentara-se diretamente dos escritos legados pela equipe de Celso Furtado. Após a dissolução do Grupo Misto, em 1955, Furtado fora enviado ao México e à Venezuela para produzir diagnósticos e relatórios semelhantes. Ao encarregar-se de consultorias da Cepal a governos latino-americanos, Furtado observara diretamente as variações nas culturas e sociedades, bem como nas configurações econômicas dos países da região, o que lhe renderia elementos para contrastar casos e apreender as singularidades das trajetórias de desenvolvimento. A colaboração constante com colegas dos países vizinhos, com destaque para o cubano Regino Boti, o mexicano Juan Francisco Noyola, e o chileno Osvaldo Sunkel, que integravam sua equipe de trabalho, também favorecia o contraponto entre perspectivas e a amplificação do entendimento das particularidades da região.

Uma desvantagem do trabalho na Cepal, argumenta Furtado, estava na construção da liberdade intelectual em função de lealdades devidas aos governos da região. Assim, os estudos produzidos pelo *staff* eram habitualmente anônimos e exigiam contenção da parte dos autores. Em 1957, após bloquearem a divulgação dos relatórios acerca do México e da Venezuela para não desagradar as autoridades locais, Furtado entra em conflito com Prebisch, optando por licenciar-se e passar uma temporada como pesquisador visitante no King’s College, em Cambridge (FURTADO, 2014, p. 242-243).

Na Inglaterra, Furtado retoma suas reflexões sobre o Brasil e escreve aquele que se tornaria seu livro mais conhecido: *Formação econômica do Brasil* (1959). Ele comenta que, quando na Cepal, ao começar “a estudar a economia de um país, procurava um livro que me desse uma ideia de conjunto do processo histórico que havia levado à situação atual. Quase nunca encontrei esse tipo de livro. Pois minha ideia foi escrevê-lo com respeito ao Brasil” (FURTADO, 2019, p. 163). Ele explica que o método que empregou para elaboração da obra foi “o mesmo que utilizara em trabalhos anteriores: aproximar a História (visão global) da análise econômica, extrair destas perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História” (FURTADO, 2014, p. 253). Tratava-se, assim, da aplicação, ao caso brasileiro, dos aprendizados que acumulara ao longo dos anos 1940 e 1950, conformando a análise de uma trajetória

9 O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek fez uso dos estudos setoriais para definir políticas e prioridades em cinco áreas: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. O Plano era composto de 30 metas que deveriam fazer o Brasil avançar 50 anos em 5, às quais se somaria a construção de Brasília como meta-síntese (LAFER, 1975, p. 35).

de desenvolvimento econômico a partir de seu histórico de inscrição no comércio internacional e da configuração consequente das estruturas sociais internas.

Além de dedicar-se à redação do livro, enquanto esteve em Cambridge, Furtado mergulhou na produção teórica inglesa recente, tendo contato com os esforços de reconfiguração da teoria econômica keynesiana capitaneados por economistas como Joan Robinson, Piero Sraffa e Nicholas Kaldor. As releituras que estes faziam de John Maynard Keynes e a tentativa de inserir, nos modelos macroeconômicos, considerações relativas a temas como a desigualdade e o progresso tecnológico foram lidas por Furtado como

[...] um novo capítulo desse processo de permanente reapetrechamento da Ciência Econômica para que possa cumprir as funções que dela espera a sociedade. Certo, o conhecimento econômico é de natureza científica, mas o campo que ele explora é delimitado por motivações ideológicas. A obra de Economia que se extravia do terreno delineado pelas preocupações políticas de sua época não é boa nem ruim, é simplesmente irrelevante. (FURTADO, 2014, p. 277).

No caso, caberia ao economista da periferia praticar uma ciência econômica que fosse relevante, dadas as preocupações políticas e ideológicas advindas de seu contexto social específico. Furtado (2014, p. 279) observa ainda como, na Inglaterra, “as doutrinas econômicas estavam longe de sair das torres de marfim por partenogênese”, havendo uma aproximação entre “o trabalho intelectual e a atividade política” e declara que para ele

A lição era clara: o trabalho de teorização em Ciências Sociais é em certa medida uma prolongação da política. Essas reflexões levaram-me a modificar a visão que tinha do trabalho teórico, e induziram-me a alterar meus planos para o futuro, no sentido de valorizar a atividade política. [...] [Havendo] dois desafios a ser enfrentados no futuro imediato: completar a industrialização e deter o processo de crescentes disparidades regionais. Como nordestino, cabia-me prioritariamente dar uma contribuição na segunda dessas frentes de luta. (FURTADO, 2014, p. 279).

A ATUAÇÃO POLÍTICA E AS REFLEXÕES SOBRE A CIÊNCIA ECONÔMICA SE RETROALIMENTAM (1958-1962)

Furtado não tardou a ter oportunidades para colocar seu conhecimento econômico a serviço da atividade política. No segundo semestre de 1958, ele desligou-se da Cepal e retornou ao Brasil, sendo designado diretor do BNDE, então presidido pelo economista Roberto Campos. Sua atuação no Banco seria prioritariamente direcionada à promoção do desenvolvimento do Nordeste, temática que lhe concernia pessoalmente. Caberia a ele coordenar estudos sobre a economia agrícola e industrial da região, que considerava preparatórios para subsidiar futuras intervenções federais.

A possibilidade de aplicar os conhecimentos produzidos em prol da transformação

do Nordeste surgiu antes do previsto. Face à grande seca de 1958, Juscelino Kubitschek (JK) reuniu conselheiros e especialistas para discutir a questão nordestina. Furtado foi convidado a apresentar os estudos que conduziu no BNDE e acabou encarregado da elaboração de um plano de ação para a região, batizado de “Operação Nordeste” (Openo). O relatório produzido por ele – *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* – permitiu que JK justificasse a instalação, em março de 1959, de um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), com sede em Recife, que geriu a Openo até a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), aprovada em dezembro de 1959. Furtado transfere-se, então, do BNDE para a presidência do novo Conselho, onde trava uma longa e custosa batalha contra poderes políticos e econômicos arraigados na região (FURTADO, 2014, p. 234-274).

Integrado à cúpula do governo, Furtado passou a acompanhar os bastidores das controvérsias econômicas. Desde 1958, a Presidência negociava com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um empréstimo, que o Fundo condicionara à implementação de um plano de estabilização que supunha ajustes recessivos. Roberto Campos e o ministro da Fazenda, Lucas Lopes, encarregaram-se de planejar as reformas requisitadas, recomendando cortes nas linhas de crédito e medidas de contenção de gastos e de emissões monetárias. Em contradição, JK pretendia acelerar os investimentos e inaugurar a nova capital, Brasília, no tempo previsto, independente de efeitos inflacionários decorrentes. Em junho de 1959, Lucas Lopes teve um ataque cardíaco e afastou-se do governo. Poucos dias depois, JK rompeu com o FMI, e Roberto Campos, em desagravo, deixou a presidência do BNDE (LOPES, 1991, p. 226).

Em 14 de julho de 1959, Furtado registra em seus diários considerações acerca das negociações com o FMI e discorre sobre as disjunções entre ciência econômica e subdesenvolvimento que o caso permitia observar. Ele destaca, ao comentar a atuação de Roberto Campos, que

Seu desinteresse pela dimensão histórica do fenômeno econômico inibiu-o de captar o que é específico no subdesenvolvimento de nossa época. Nós não dispomos de uma autêntica teoria econômica do subdesenvolvimento, o que é explicável pois o subdesenvolvimento não é um fator especificamente econômico, no quadro de nossa Ciência Econômica, cuja substância está formada por um conjunto de hipóteses derivadas da observação das economias que começaram a industrializar-se no século passado. (FURTADO, 2019, p. 180).

Ao tematizar a especificidade histórica do subdesenvolvimento, ele tece reflexões que pouco depois resultariam no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961. Nele, Furtado argumenta que não é possível compreender o subdesenvolvimento desde o ponto de vista da economia neoclássica por duas razões: em primeiro lugar, por não se tratar de uma configuração de raízes puramente econômicas – tendo em vista a insistência da ciência econômica neoclássica em não abordar fenômenos que não sejam passíveis de modelização a partir de um conjunto de variáveis exclusivamente econômicas; em segundo lugar, mesmo teorias do desenvolvimento que observam o impacto de variáveis não econômicas sob a taxa de crescimento abstêm-se de considerar que o subdesenvolvimento é “um processo histórico autônomo, e não uma

etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as econômicas que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 2009, p. 161).

A epígrafe de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* – “em um triângulo retângulo, o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos dois outros lados; mas convém adicionar a pergunta: trata-se realmente de um triângulo retângulo?”, emprestada de Stanley Jevons – ilustra o desajuste das teorias existentes para compreender os arranjos econômicos periféricos. Refere-se, assim, à impertinência de abordar o subdesenvolvimento com fórmulas concebidas para as economias desenvolvidas, posto ser esse um triângulo de outra natureza. Furtado alega que,

Derivar um modelo abstrato do mecanismo dessas economias [inglesa e estadunidense], em seu estágio atual, e atribuir-lhe validade universal valeria por uma reencarnação do *homo oeconomicus*, em cuja psicologia rudimentar os clássicos pretenderam assentar as leis econômicas fundamentais. A dualidade óbvia que existe e se agrava, cada dia mais, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas exige uma formulação desse problema em termos distintos. (FURTADO, 2009, p. 159).

Assim, fórmulas para a análise do desenvolvimento concebidas a partir da trajetória de sociedades historicamente distintas e com posições dissimilares na estrutura do mercado internacional não seriam capazes de retratar o subdesenvolvimento, e ainda menos de prescrever receitas para desfazê-lo. Furtado dá prosseguimento a seu comentário sobre a atuação de Roberto Campos discutindo precisamente a transposição de receituários para economias com características estruturais distintas. Segundo ele,

[...] como não temos uma teoria em que basear uma política autêntica de desenvolvimento econômico e social, os “erros” dos políticos podem muitas vezes ser mais frutíferos que os acertos dos economistas. Na medida em que foi tendo uma maior responsabilidade executiva, o apoio da ortodoxia foi se tornando mais e mais indispensável ao Campos. A obstinação com que quer estabelecer entre nós o sistema cambial que tantos males nos causou no passado é típica disso. [...]. Como ainda não vemos claro um caminho para a frente, Campos quer que regressemos ao passado, a uma posição cuja racionalidade deriva de uma falsa generalização teórica. [...]. Minha posição mental é algo distinta. Por mais que eu haja estudado Economia, é fundamental em mim o fato de que busquei nessa ciência, desde o início, um instrumento de análise a mais para compreender a história. Eu parto da observação do processo histórico e metodicamente vou introduzindo a análise econômica. (FURTADO, 2019, p. 181-182).

No caso, Furtado considera que a fórmula reiterada pelo FMI e a reforma cambial sustentada por Campos eram inadequadas à gestão econômica de um país subdesenvolvido. O comentário relativo à necessidade de angariar apoio político diz da não neutralidade da atuação do economista, que opera em meio a constrangimentos de ordem política que tolheriam à gestão econômica qualquer objetividade. Mormente, a ausência de uma teoria própria ao estudo do subdesenvolvimento e, por consequência, de um receituário adequado para desfazê-lo era

o que fazia com que, em alguns casos, políticos agindo irracionalmente contribuíssem mais para o desenvolvimento do que economistas que observavam a realidade com lentes desajustadas e prescreviam fórmulas urdidas para triângulos distintos.

Celso Furtado sistematiza tais reflexões ao discursar como paraninfo¹⁰ dos formandos de 1959 da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. No texto que prepara para a ocasião, “Da objetividade do economista”, ele rejeita a ideia de que a ciência econômica possa emprestar às ciências físicas a noção de objetividade, dado “que o fenômeno econômico não pode ser captado fora de seu contexto e que para situá-lo nesse contexto são necessários juízos de valor que pressupõem a aceitação de princípios” (FURTADO, 1962c, p. 81). Furtado argumenta que a atuação do economista só poderia ser racional em relação a meios e fins caso os fins houvessem sido estabelecidos de maneira racional em relação aos valores e princípios básicos de convivência social em voga na sociedade (FURTADO, 1962c, p. 80-81). Consequentemente, fórmulas econômicas pactuadas por uma sociedade de acordo com seus valores particulares não podem ser transpostas para outras sociedades, com princípios de convivência social distintos e outras finalidades prioritárias.

No discurso, o embate com o FMI é retomado para ilustrar a discussão acerca da objetividade do economista. Segundo Furtado,

Os economistas do Fundo Monetário aceitam, como postulado, que nada é mais importante para um sistema econômico que um grau mínimo de estabilidade. Como todo postulado, esse resulta de observações empíricas, observações essas feitas em países de estruturas relativamente homogêneas. [...] Ao tentar universalizar essas regras, os economistas do Fundo Monetário cometem um erro de sérias consequências para os países subdesenvolvidos, erro esse tanto mais grave quanto decorre da aplicação de critérios supostamente científicos. O centro da questão está em que postular que a estabilidade é coisa distinta conforme se trate de estruturas desenvolvidas ou subdesenvolvidas. [...] Ora, tidas em conta as flutuações da procura externa e a precária orientação dos investimentos, manter estável o nível de preços, sem outras medidas, pode custar desemprego permanente de parte da capacidade produtiva. Dessa forma, a estabilidade poderia ter um custo social mais alto do que a própria inflação. Transformar a estabilidade de meio em fim é colocar como princípio básico da convivência social a imutabilidade na distribuição da renda. Como isso não foi tornado explícito pelos economistas do Fundo Monetário, temos de concluir pela falta de objetividade dos mesmos ao abordar nossos problemas, ou seja, pela falta de racionalidade com respeito aos juízos de valor básicos. (FURTADO, 1962c, p. 82-84).

A busca inequívoca da estabilidade, argumenta Furtado, não seria igualmente racional nos dois contextos, não devendo ser invariavelmente visada pelos economistas. Em países subdesenvolvidos, com grande heterogeneidade social, caso a ação do economista fosse guiada por valores relativos à igualdade, tendo como finalidade a redução das desigualdades e do nível de desemprego, a estabilização a

10 Cabe ressaltar que a notoriedade que adquira como figura pública imbuída de uma missão de transformação social contribuiu decisivamente para que recebesse diversos convites semelhantes.

todo custo não seria um meio racional para alcançar tal propósito. Furtado contradiz, em seguida, a ideia de que o *laissez-faire* possa ser generalizado como lei econômica, independente do contexto de aplicação. Ele argumenta que

O que responde pela baixa taxa de crescimento de um país subdesenvolvido é menos o volume de investimento do que a inadequada orientação deste. É por esta razão que os adeptos do *laissez-faire* nos parecem tão fora da realidade em um país como o nosso, particularmente nas regiões mais pobres. Nestas últimas o *laissez-faire* significa, simplesmente, a perpetuação da miséria. Os recursos disponíveis para investimento são colocados em residências de luxo, clubes suntuosos, ou são exportados. Tais investimentos não criam emprego para a população e, portanto, em nada contribuem para mudar a estrutura econômica. [...] Para romper esse círculo vicioso, é mister modificar fundamentalmente a orientação dos investimentos, o que exige ação decidida do poder público. Em uma primeira fase trata-se de concentrar os investimentos no setor infraestrutural, para os quais dificilmente se pode contar com a iniciativa privada; em fase subsequente, criam-se os estímulos para que o investimento privado possa reorientar-se. Modificação dessa ordem na estrutura dos investimentos dificilmente poderia realizar-se espontaneamente. (FURTADO, 1962c, p. 88-89).

É possível argumentar, a partir dos trechos acima, que a atuação política de Furtado e suas reflexões acerca da ciência econômica se retroalimentam. No momento em que proferia o discurso “Da objetividade do economista”, Furtado coordenava os esforços de planejamento para intervenção no Nordeste e constatava que a miséria na região apenas se perpetuaria caso o Estado estivesse ausente e não direcionasse os investimentos. As tendências de consumo conspícuo das elites locais e a pressão política que exerciam para direcionar os recursos e obras públicas em proveito privado eram entraves com os quais se chocara ao preparar políticas para a região. De tal modo, não só o *laissez-faire* era nocivo, mas também o mau direcionamento dos recursos públicos poderia reforçar as desigualdades existentes. Por exemplo, da aplicação dos recursos hídricos escassos “para que as fazendas prosperassem e a classe de senhores de terras aumentasse seu poder”, em detrimento do investimento de tais recursos na produção de gêneros alimentícios, resultava uma escassez de mantimentos que se provava crítica em épocas de seca (FURTADO, 2014, p. 296).

Os aprendizados que trazia das aulas de François Perroux sobre a dominação exercida pelos poderes políticos e econômicos e dos efeitos desses sobre a economia faziam-se, no caso do Nordeste, tão visíveis quanto possível. A atuação do economista em prol de melhorias na região implicava, conseqüentemente, encarar desafios que não eram de ordem puramente econômica, mas igualmente política. Notadamente, problemas derivados da disparidade de acesso à arena política e aos recursos públicos por parte de populações que, face à “rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos”, eram tolhidas do exercício da plena cidadania e relegadas à fome, à seca e ao subdesenvolvimento (FURTADO, 2014, p. 298).

Agir objetivamente enquanto economista, no caso, requeria ser capaz de reconduzir o uso dos recursos públicos de acordo com valores coletivamente pactuados de modo a beneficiar igualmente os cidadãos. O que demandaria,

por sua vez, a promoção de “uma discussão aberta desses princípios, discussão que faça emergir uma autêntica doutrina do desenvolvimento nacional, capaz de aglutinar o esforço construtivo dos homens de pensamento” (FURTADO, 1962c, p. 90). Furtado ressalta que tal tarefa transcende a competência dos economistas, sendo preciso mobilizar, igualmente, disciplinas como a ciência política e a sociologia^{II}; posto que os problemas do subdesenvolvimento não se restringem à inequidade e disfuncionalidade econômica e que “relegar a segundo plano outros aspectos do problema social seria comprometer o desenvolvimento subsequente da cultura que deverá moldar o homem do futuro” (FURTADO, 1962c, p. 91).

Furtado conclui, assim, que estabelecer acordos sobre os princípios básicos partilhados em um país com tamanha heterogeneidade e em rápida transformação é um grande desafio, mas que “já constitui grande progresso havermos compreendido as limitações de nossa objetividade. Já não procuraremos lá fora, pré-fabricadas, soluções para nossos problemas, sob a alegação de que alhures existem economistas mais capazes do que aqui” (FURTADO, 1962c, p. 81-82). Não buscar no centro as soluções para os problemas econômicos da periferia implicaria, por conseguinte, promover localmente pesquisas sobre o subdesenvolvimento e preparar os economistas da região para agir em consonância com os valores e prioridades coletivas.

A FORMAÇÃO DE ECONOMISTAS LATINO-AMERICANOS NA AMÉRICA LATINA (1961-1962)

As temáticas do treinamento *in loco* dos economistas latino-americanos e do desenvolvimento de pesquisas específicas sobre a região, das quais Furtado se ocupa nos textos “Notas sobre o projeto de criação de uma escola de economia para pós-graduados na América Latina”, de 1961, e “A formação do economista em país subdesenvolvido”, publicado em 1962, não são inéditas. O “Manifesto” de Prebisch já indicava a necessidade de formação, na própria América Latina, dos economistas que se imbuiriam do desenvolvimento da região, argumentando que o conhecimento adquirido alhures não os prepararia para “penetrar, com um discernimento original, nos fenômenos concretos latino-americanos” (PREBISCH, 2011, p. 80).

Em seu discurso de paraninfo “A formação do economista em país subdesenvolvido”, Furtado critica o ensino de economia vigente, asseverando que o jovem economista, ao deixar a faculdade, sentir-se-ia desorientado e perceberia, “em pouco tempo, que se tudo que aprendeu não é totalmente inútil, quase tudo que é realmente útil ele deixou de aprender” (FURTADO, 1962b, p. 94); posto não haver

II A preocupação de Furtado concernente à integração das ciências sociais à análise econômica teve implicações de ordem prática. Notadamente, Furtado relata que teria sido ele a incentivar Prebisch a recrutar cientistas sociais para a Cepal, de modo a protegê-los da tendência ao economicismo. Comenta ainda que sugerira para a posição o nome de José Medina Echavarría, sociólogo de origem espanhola exilado, havia anos, na América Latina (FURTADO, 2014, p. 147). Echavarría atuou como diretor da Flacso e promoveu, a partir da Cepal, ênfases nas estruturas sociais subjacentes aos processos de desenvolvimento, influenciando claramente a concepção das teorias da dependência nos anos 1960.

ainda “um corpo de teorias, ou de variantes teóricas, elaboradas diretamente para explicar o comportamento de uma economia subdesenvolvida, semi-industrializada, com insuficiência crônica de capacidade para importar, com excedente estrutural de mão de obra em todas as direções, como é a nossa” (FURTADO, 1962b, p. 97).

Para que as dúvidas e perplexidades dos novos economistas se amainassem, seria necessário dotá-los de um olhar teórico crítico e de instrumentos corretamente talhados para compreender o subdesenvolvimento e melhorar as condições de vida das populações da região. Furtado argumenta que a adequação do ensino de economia no Brasil¹² não dependia, pois, somente da melhoria da qualidade das escolas, mas requeria, sobretudo, que se constituíssem teorias adaptadas à análise das economias subdesenvolvidas. Os cursos de treinamento que a Cepal passou a oferecer em 1952, que empregavam material didático próprio, produzido a partir das pesquisas em curso na Comissão e adaptado à lida com questões econômicas prementes na América Latina, eram exemplo da desejada imbricação entre pesquisa sobre a região e ensino local baseado em novas teorias.

Na mesma direção caminharam as reflexões que levaram à criação da Escola de Estudos Econômicos Latino-Americanos para Graduados (Escolatina), da Universidade do Chile, em 1956. Ao explanar as motivações para a criação da Escolatina, Hermann Max Coers (1893-1974), diretor do Instituto de Economia da Universidade do Chile, esclarece que “há algo mais importante do que a preparação de profissionais, a saber, a criação de uma ideologia própria e autóctone, nascida das necessidades específicas de desenvolvimento destes países, que não necessite buscar inspiração no que se pensa e pratica em outras partes” (COERS, 1955, p. 54). A Escola respondia às preocupações de economistas como Prebisch e Furtado ao almejar o fomento de pesquisas sobre a região que dessem ensejo a teorias econômicas originais, críticas, independentes e, sobretudo, apropriadas ao contexto latino-americano (COERS, 1955, p. 56-57).

Em 1961, cogitou-se a promoção de uma segunda iniciativa nessa direção, a saber, a criação de uma Escola Latino-Americana de Economia junto à Flacso. Em 1962, Celso Furtado publicou, na revista *Econômica Brasileira*, o documento “Notas sobre o projeto de criação de uma escola de economia para pós-graduados na América Latina”, produzido por ele para subsidiar a discussão de um grupo de reconhecidos técnicos-acadêmicos¹³ que se reuniu para debater a criação dessa nova escola (FRANCO, 2007, p. 120). No documento, Furtado argumenta que as razões indicadas pela Assembleia Consultiva da Flacso para a criação da Escola de Economia, a saber, a necessidade de formar professores para as faculdades da região e de qualificar profissionais para o recém-criado Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID – 1959), não bastariam para justificar o empreendimento. Segundo ele, a qualificação necessária para trabalhar como planejador ou analista de projetos no BID ou em

12 Para contextualizar o ensino da ciência econômica no Brasil à época e mapear a institucionalização dos treinamentos em economia em âmbito regional, ver: Klüger, 2017.

13 O grupo incluía, além de Celso Furtado, Howard Ellis, da Universidade da Califórnia – Berkeley, e Raúl Hess, que fora ministro da Fazenda da Costa Rica e dirigia as investigações sobre desenvolvimento da Universidade da Costa Rica (FRANCO, 2007, p. 120).

outros bancos de desenvolvimento poderia ser adquirida nos treinamentos que a Cepal oferecia a funcionários públicos e intelectuais de toda a região. Quanto à formação de professores, mais prático, eficaz e parcimonioso seria treiná-los em universidades já consolidadas, com alto padrão de ensino (FURTADO, 1962a, p. 51).

O que justificaria, então, a criação de outra escola latino-americana de economia? Furtado sustenta que a pós-graduação seria validada pelo ensino à produção continuada de pesquisa econômica básica acerca das economias latino-americanas. O problema do ensino e da pesquisa em economia, diz ele, é sua alienação em relação à realidade social na qual se insere e, conseqüentemente, sua baixa eficácia social. O cerne das preocupações da nova escola deveria ser, pois, a promoção de pesquisas com enquadramentos críticos às teorias aceitas, dada a ineficácia de seus aparelhos conceituais para compreender as especificidades de uma América Latina subdesenvolvida (FURTADO, 1962a, p. 52). Ademais, Furtado ressalta que a análise histórica deveria ser parte integrante dos estudos do subdesenvolvimento e que “um contato estreito com os estudos de Sociologia e Ciência Política é de absoluta necessidade” (FURTADO, 1962a, p. 55) – e seria facilitado pela criação da nova escola dentro da Flacso. Furtado sugere, ainda, que o corpo docente da instituição fosse composto essencialmente por latino-americanos, com trajetórias profissionais diversificadas e com uma “atitude mental mais bem inconformista, vale dizer, pessoas não inclinadas a observar a realidade social latino-americana como algo que se autojustifica” (FURTADO, 1962a, p. 54).

Além de inconformista e praticante da interdisciplinaridade, Furtado sugere que o bom economista latino-americano, “que possua uma base metodológica sólida, e clara compreensão do método científico em geral, tende a ser, quase necessariamente, entre nós, heterodoxo” (FURTADO, 1962b, p. 98). Ele perceberá que na “medida em que o econômico se esvazia de seu conteúdo histórico e mais se aproxima de um protótipo abstrato, mais pode ser previsto. Seria, entretanto, ingênuo atribuir excessiva importância a essa previsão que se refere a uma realidade esvaziada de seus ingredientes mais específicos” (FURTADO, 1962b, p. 98). Tal compreensão o levará a perder a reverência ao conteúdo “estabelecido e compendiado” alhures e a concluir “que os caminhos trilhados lhe são de pouca valia e [...] que a imaginação é um instrumento de trabalho poderoso e que deve ser cultivada” (FURTADO, 1962b, p. 98).

CONCLUSÃO

Celso Furtado, é possível assentir, corresponde ao esboço que ele faz do bom economista latino-americano. Sua formação fortemente interdisciplinar, com passagem pelo direito e estudos de história, ciência política e sociologia, é convergente com a abordagem histórico-estrutural difundida pela Cepal e favorece a elaboração de análises comparativas. Ao mostrar que arranjos históricos e sociais distintos dão origem a configurações díspares, Furtado contrapõe-se aos modelos econômicos universalistas e sinaliza a necessidade de forjar teorias originais para explicar e intervir em cada caso. Seus escritos buscam ressaltar, precisamente, os efeitos específicos, no contexto do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano, das

políticas econômicas e da atuação do Estado na economia, ressaltando, por exemplo, a necessidade de priorizar políticas distributivistas e de direcionar os recursos de modo a fomentar o investimento produtivo em detrimento do consumo conspícuo.

Inconformista é, certamente, um adjetivo que se pode atribuir à figura de Celso Furtado: inconformado com a realidade social desigual e miserável que conheceu desde a infância e apaixonadamente imbuído da missão de transformá-la. Razão subjacente à paixão, como ressalta Bresser-Pereira (2004), com a qual se dedica à economia e ao uso sistemático dos saberes econômicos em benefício do desenvolvimento socioeconômico. Sua atuação prática, como intelectual público e agente engajado na vida política, ofereceu evidências acerca dos fenômenos não econômicos que influenciavam a ordem econômica, reforçando o ensejo a rejeitar a transposição acrítica de prescrições econômicas para sociedades dissimilares. Conforme sustenta, a ciência econômica só proveria apreciações e recomendações objetivas se tivesse em conta os valores e finalidades amoldados coletivamente em cada sociedade.

Dentre os tantos legados de Celso Furtado, este artigo buscou ressaltar suas preleções acerca da necessidade de formular teorias econômicas situadas e originais, bem como de adequar a formação e a atuação do economista latino-americano a contextos subdesenvolvidos, legado esse influenciado pela economia política de matriz francesa, desenvolvido em sintonia com as contribuições dos economistas da Cepal e em diálogo com os tantos colegas que a seu lado trabalharam no BNDE e na Sudene. Ao acompanhar a trajetória de Furtado, conclui-se que seu percurso entre a academia nacional e internacional, a Cepal e o governo conformou uma visão multissituada da vida econômica que o alerta contra os universalismos e fomenta um pensamento imaginativo e livre das amarras tecidas por vertentes dominantes da disciplina. À disposição iconoclasta a romper com os paradigmas estabelecidos, somava-se, finalmente, a sua atuação inconformista, fortemente engajada na promoção de um desenvolvimento igualitário na América Latina e no Brasil, com destaque para o Nordeste.

SOBRE A AUTORA

ELISA KLÜGER é pós-doutoranda no Programa Internacional de Pós-Doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Foi pesquisadora de pós-doutorado visitante na Princeton University, entre agosto de 2018 e agosto 2019, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processos 2017/13937-1 e 2018/09487-7. elisa.kluger@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2375-8565>

REFERÊNCIAS

- ARENA, Richard. Les économistes français en 1950. *Revue économique*, v. 51, n. 5, 2000, p. 969-1007.
- BIANCONI, Renata. *L'œuvre de Celso Furtado à Paris: le parcours d'un intellectuel et homme d'État*. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea). Université Paris-Sorbonne, 2014.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Method and passion in Celso Furtado. *Cepal Review*, n. 84, 2004, p. 19-34.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. Roberto de Oliveira Campos (1917). Entrevista com Roberto Oliveira Campos. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio (org.). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 31-60.
- CEPAL-BNDE. Grupo misto. *Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira (1955-1962)*. Rio de Janeiro: Cepal-BNDE, 1957.
- COERS, Hermann Max. Docência e investigação científica. Quinta Comisión. Conferencia de Facultades de Ciencias Económicas. *Anales de la Universidad de Chile*, n. 97-98, v. 113, serie 4, 1955, p. 50-58.
- CRUZ, Aníbal Pinto Santa. Introdução. In: CASTRO, Antonio Barros de; LESSA, Carlos. *Introdução à economia: uma abordagem estruturalista*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). *Essencial Celso Furtado*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- DOSMAN, Edgar J. Raúl Prebisch (1901-1986): *a construção da América Latina e do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- FRANCO, Rolando. *La Flacso clásica (1957-1973): vicisitudes de las ciencias sociales latinoamericanas*. Santiago: Catalonia, 2007.
- FURTADO, Celso. Notas sobre o projeto de criação de uma escola de economia para pós-graduados na América Latina. *Econômica Brasileira*, v. 8 n. 1, 1962a, p. 51-56.
- FURTADO, Celso. A formação do economista em país subdesenvolvido. In: FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962b, p. 92-98.
- FURTADO, Celso. Da objetividade do economista. In: FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962c, p. 80-91.
- FURTADO, Celso. Celso Monteiro Furtado (1920). [Entrevista com] Celso Furtado. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio (org.). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 61-88.
- FURTADO, Celso. Aventuras de um economista brasileiro. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo II. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-26.
- FURTADO, Celso. Celso Furtado fala a Roberto Pompeu de Toledo. *Playboy*, n. 285, 1999.
- FURTADO, Celso. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- FURTADO, Celso. Retorno à visão global de Perroux e Prebisch. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 7, n. 10, 2012, p. 296-304.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica: A fantasia organizada, A fantasia desfeita, Os ares do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- GARCIA, Afrânio. Circulation internationale et formation d'une "école de pensée" latino-américaine (1945-2000). *Information sur les sciences sociales*, v. 44, n. 2-3, 2005, p. 521-555.
- KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. Tese

- (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.
- KLÜGER, Elisa. Celso Furtado: um economista com lentes de literato. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 100, 2020, p. 261-278.
- LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty Mindlin (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.
- LOUREIRO, Maria Rita. Economistas e elites dirigentes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, v. 7, 1992, p. 47-69.
- LOVE, Joseph. Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *Ideas and ideologies in twentieth century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- PREBISCH, Raúl. Entrevista inédita a Prebisch: logros y deficiencias de la Cepal, realizada por David Pollock, Daniel Kerner y Joseph L. Love. *Revista de la Cepal*, v. 75, 2001, p. 9-23.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: GURRIERI, Adolfo (org.). *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- ROTSCHIELD, Kurt. Political economy or economics? *European Journal of Political Economy*, n. 5, 1989, p. 1-12.
- SILVA, Roberto Pereira. *O jovem Celso Furtado: história, política e economia (1941-1948)*. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998.